

# Clipping Diário

TJPI



17.05.2019



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

<b>JORNAL</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>EDITORIA</b>
Cidade Verde	16.05.19		

16/05/19, 13:48

## **Processos de execução penal do TJ-PI são** **100% digitais**

Sem papel. Esta é a nova realidade das unidades que atuam na área de execução penal no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI). Nesta quinta-feira (16), o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu comitiva da força-tarefa que atuou na universalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) no estado. O trabalho foi executado, entre os dias 6 e 15 de maio, por equipes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF-CNJ), do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI) e servidores do TJ-PI. A força-tarefa teve como objetivo cadastrar os 1.400 processos de execução penal do Piauí que ainda não tramitavam no SEEU, cerca de 20% do total.

Integrante da comitiva do DMF-CNJ, o magistrado Consuelo Silveira Neto, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), ressaltou que a implantação do SEEU em todo o Judiciário brasileiro é uma das metas do programa Justiça Presente, desenvolvido pelo CNJ em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de humanizar e garantir maior eficiência ao sistema prisional do País. “Com a implantação do SEEU, é possível aprimorar sobremaneira o acompanhamento desses processos, assegurando uma melhor gestão e maior transparência da execução penal”, afirmou, acrescentando que o Piauí é o 13º estado a concluir a implantação do Sistema.

“Este é momento histórico para o Poder Judiciário do Piauí. É motivo de grande satisfação concluirmos a implantação do SEEU. Abolimos o papel na execução penal no Estado do Piauí. A virtualização já não é mais o futuro, é o presente”, declarou o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, agradecendo o apoio do CNJ e ressaltando o trabalho desempenhado da equipe de servidores piauienses, comandada pelo magistrado José Vidal de Freitas Filho, juiz titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Teresina e coordenador do GMF-PI.

### SEEU

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado é um processo judicial eletrônico que permite o controle informatizado da execução penal e das questões relacionadas ao sistema carcerário

brasileiro. No Piauí, estão cadastrados no SEEU cerca de 8.500 processos. Destes, 3.270 são relativos a apenados presos. Os demais, são referentes apenados em regime aberto, livramento condicional ou em cumprimento de penas restritivas de direitos.

**Da Redação**

**[redacao@cidadeverde.com](mailto:redacao@cidadeverde.com)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

<b>JORNAL</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>EDITORIA</b>
Política Dinâmica	16.05.19		

Execução Penal tem 100% dos processos digitais

**DESEMBARGADOR SEBASTIÃO MARTINS, PRESIDENTE DO TJ-PI, FEZ COMUNICADO APÓS TRABALHO DE FORÇA-TAREFA DO CNJ**

16/05/2019 15:15 - Atualizado em 16/05/2019 15:34

Sem papel. Esta é a nova realidade das unidades que atuam na área de execução penal no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI). Nesta quinta-feira (16), o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu comitiva da força-tarefa que atuou na universalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) no estado. O trabalho foi executado, entre os dias 6 e 15 de maio, por equipes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF-CNJ), do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI) e servidores do TJ-PI. A força-tarefa teve como objetivo cadastrar os 1.400 processos de execução penal do Piauí que ainda não tramitavam no SEEU, cerca de 20% do total.

Integrante da comitiva do DMF-CNJ, o magistrado Consuelo Silveira Neto, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), ressaltou que a implantação do SEEU em todo o Judiciário brasileiro é uma das metas do programa Justiça Presente, desenvolvido pelo CNJ em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de humanizar e garantir maior eficiência ao sistema prisional do País. “Com a implantação do SEEU, é possível aprimorar sobremaneira o acompanhamento desses processos, assegurando uma melhor gestão e maior transparência da execução penal”, afirmou, acrescentando que o Piauí é o 13º estado a concluir a implantação do Sistema.

“Este é momento histórico para o Poder Judiciário do Piauí. É motivo de grande satisfação concluirmos a implantação do SEEU. Abolimos o papel na execução penal no Estado do Piauí. A virtualização já não é mais o futuro, é o presente”, declarou o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, agradecendo o apoio do CNJ e ressaltando o trabalho desempenhado da equipe de servidores piauienses, comandada pelo magistrado José Vidal de Freitas Filho, juiz titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Teresina e coordenador do GMF-PI.

### **SEEU**

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado é um processo judicial eletrônico que permite o controle informatizado da execução penal e das questões relacionadas ao sistema carcerário brasileiro. No Piauí, estão cadastrados no SEEU cerca de 8.500 processos. Destes, 3.270 são

relativos a apenados presos. Os demais, são referentes apenados em regime aberto, livramento condicional ou em cumprimento de penas restritivas de direitos.

**FONTE: *Com informações da Assessoria***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

<b>JORNAL</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>EDITORIA</b>
Política Dinâmica	16.05.19		

quinta, 16 de maio de 2019, às 15:56h

[Comarca de Campo Maior suspense prazos até 24/05](#)

Entre os dias 16 e 24 de maio, os prazos processuais e administrativos que correm na comarca de Campo Maior (a 80 km de Teresina) estarão suspensos em função da transferência do Fórum Des. Manoel Castelo Branco para suas novas instalações prediais. A suspensão foi regulamentada pela Portaria nº 1439/2019, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), publicada no Diário da Justiça desta segunda-feira (13). Os prazos voltam a correr no dia 27 de maio, primeiro dia útil subsequente.

O novo Fórum de Campo Maior tem área construída de 1.815,14m<sup>2</sup> e conta com quatro Varas completas, com secretaria, sala para assessores, sala de audiência, recepção e gabinete de juiz. A estrutura conta ainda com Tribunal do Júri/auditório com capacidade para 120 pessoas, sala para testemunhas, sala para Audiência de Custódia, sala de atendimento ao preso, sala multidisciplinar, celas, banheiros, sala de oficiais de justiça, sala de depoimento sem danos, além de salas para Defensoria Pública, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.

O investimento foi de R\$ 5.446,073,053, integralmente custeado com recursos próprios do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Poder Judiciário do Estado do Piauí (Fermojupi). O novo Fórum está localizado à Rua Aldenor Monteiro, Parque Zuriq, e abriga as 1ª, 2ª e 3ª Varas e o Juizado Especial Cível e Criminal, além da Central de Mandados, Distribuição e Diretoria do Fórum.

**FONTE:** *Com informações da Assessoria*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

<b>JORNAL</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>EDITORIA</b>
Política Dinâmica	15.05.19		

Corregedoria Geral da Justiça premia Varas de Teresina 100% digital  
**UNIDADES JUDICIÁRIAS JÁ CONTAM COM 11 MIL PROCESSOS DIGITALIZADOS E A CGJ ENTREGA CERTIFICADOS**

15/05/2019 09:45

A Corregedoria Geral da Justiça entregou nesta segunda (13) o Selo “Vara 100% Digital” à 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Nos próximos dias, a CGJ também entregará o certificado para a 2ª Vara Cível da Comarca de Piri-piri e para Vara Única da Comarca de Fronteiras, que também já concluíram a digitalização de seus processos cíveis. Em quatro meses de trabalho já foram digitalizados mais de onze mil processos de primeiro grau.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, destacou o momento simbólico e a celeridade do trabalho da CGJ. “Confesso que venho me surpreendendo com a rapidez e qualidade do processo de digitalização. Ver as prateleiras vazias e os processos nas nuvens é sem dúvida uma grande vitória. Estou muito feliz pelo trabalho da Corregedoria, sobretudo porque esse é um trabalho de todos nós. Caminhamos juntos e juntos trabalhamos por um Judiciário mais resolutivo”, destacou o presidente.

Para o Corregedor Geral da Justiça, o momento é de acelerar ainda mais o passo. “Tenho andado por todas as unidades e sentido que os servidores e Magistrados estão motivados. Isso se reflete totalmente na produtividade do Judiciário, especialmente no que se refere ao processo de digitalização, que é um caminho sem volta e que vai dar mais modernidade e resolutividade para o nosso Tribunal”, garante o desembargador.

A Juíza da 8ª Vara, Dra Lucicleide Pereira Belo falou da felicidade de ver concretizada a digitalização da sua unidade, ressaltando que, quem vai sentir esse benefício é a população. “Fico muito feliz em ver metas e projetos que visem realmente melhorar a prestação jurisdicional e é esse nosso maior objetivo. A digitalização vai melhorar nosso trabalho e facilitar a vida das pessoas”, disse a magistrada.

Na 8ª Vara, o trabalho do Núcleo Central de Digitalização de Processos e a Distribuição do 1º grau consistiu na migração de 1.589 processos que tramitavam no Sistema de Controle de Processos de Primeiro Grau, Themis Web para o Processo Judicial Eletrônico, Pje. “Já na 2ª Vara Cível da Comarca de Piri-piri, o Núcleo Central de Digitalização, através dos CEAS digitalizou 382e na Vara Única da Comarca de Fronteiras o Núcleo Central de Digitalização, também através do CEAS migrou 1.005. Com essas novas três unidades, chegamos a 11.222 processos digitalizados. Esse número superou todas as nossas expectativas em quatro meses de trabalho. Nossa meta agora é que,

até o final desse primeiro semestre, chegemos a 25 mil processos digitalizados”, destacou a secretária da CGJ, Mônica Lopes.

Ainda durante a solenidade de entrega do certificado, o juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Luiz Moura solicitou o apoio do presidente do TJ para apoiar a digitalização dos processos na Comarca de Parnaíba. “Nosso objetivo é fazer isso no mês de julho, dando um grande salto nessa jornada de digitalização dos processos cíveis”, argumentou Dr. Luiz, que recebeu a afirmativa do presidente, desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

A virtualização dos processos judiciais é diretriz básica determinada pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução Nº 185/2013, que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico -Pje como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais, e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento com base na Lei 11.419/2006, que faculta no seu Art. 18 a sua regulamentação pelos órgãos do Judiciário.

Com essas três novas unidades, chegam a sete a quantidade de Varas 100% digitais nos processos cíveis. Ainda no mês de maio, mais quatro unidades concluirão esse trabalho. As Varas Únicas das Comarcas de Barro Duro e de Elesbão Veloso; a Vara Agrária da Comarca de Bom Jesus e a 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Teresina.

**FONTE: *Com informações da Assessoria***





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Portal AZ	16.05.19		

## Processos de execução penal do Tribunal de Justiça do Piauí são 100% digitais

### **Uma força-tarefa foi montada para cadastrar os 1.400 processos que ainda não tramitavam no Sistema Eletrônico de Execução Unificado, cerca de 20% do total**

Todos os processos de execução penal do Tribunal de Justiça do Piauí passaram a ser feitos de forma digital. Nesta quinta-feira (16), o presidente da Corte, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu comitiva da força-tarefa que atuou na universalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) no estado.

O trabalho foi executado, entre os dias 6 e 15 de maio, por equipes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF-CNJ), do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI) e servidores do TJ-PI. A força-tarefa teve como objetivo cadastrar os 1.400 processos de execução penal do Piauí que ainda não tramitavam no SEEU, cerca de 20% do total.

Integrante da comitiva do DMF-CNJ, o magistrado Consuelo Silveira Neto, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), ressaltou que a implantação do SEEU em todo o Judiciário brasileiro é uma das metas do programa Justiça Presente, desenvolvido pelo CNJ em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de humanizar e garantir maior eficiência ao sistema prisional do País. “Com a implantação do SEEU, é possível aprimorar sobremaneira o acompanhamento desses processos, assegurando uma melhor gestão e maior transparência da execução penal”, afirmou, acrescentando que o Piauí é o 13º estado a concluir a implantação do Sistema.

“Este é momento histórico para o Poder Judiciário do Piauí. É motivo de grande satisfação concluirmos a implantação do SEEU. Abolimos o papel na execução penal no Estado do Piauí. A virtualização já não é mais o futuro, é o presente”, declarou o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, agradecendo o apoio do CNJ e ressaltando o trabalho desempenhado da equipe de servidores piauienses, comandada pelo magistrado José Vidal de Freitas Filho, juiz titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Teresina e coordenador do GMF-PI.

# SEEU

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado é um processo judicial eletrônico que permite o controle informatizado da execução penal e das questões relacionadas ao sistema carcerário brasileiro. No Piauí, estão cadastrados no SEEU cerca de 8.500 processos. Destes, 3.270 são relativos a apenados presos. Os demais, são referentes apenados em regime aberto, livramento condicional ou em cumprimento de penas restritivas de direitos.

**Com informações do Tribunal de Justiça do Piauí**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

<b>JORNAL</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>EDITORIA</b>
180Graus	16.05.19		

Comarca de Campo Maior suspense prazos até 24/05

**PRAZOS PROCESSUAIS E ADMINISTRATIVOS SERÃO SUSPENSOS EM VIRTUDE DA TRANSFERÊNCIA DAS INSTALAÇÕES**

16/05/2019 15:56

Entre os dias 16 e 24 de maio, os prazos processuais e administrativos que correm na comarca de Campo Maior (a 80 km de Teresina) estarão suspensos em função da transferência do Fórum Des. Manoel Castelo Branco para suas novas instalações prediais. A suspensão foi regulamentada pela Portaria nº 1439/2019, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), publicada no Diário da Justiça desta segunda-feira (13). Os prazos voltam a correr no dia 27 de maio, primeiro dia útil subsequente.

O novo Fórum de Campo Maior tem área construída de 1.815,14m<sup>2</sup> e conta com quatro Varas completas, com secretaria, sala para assessores, sala de audiência, recepção e gabinete de juiz. A estrutura conta ainda com Tribunal do Júri/auditório com capacidade para 120 pessoas, sala para testemunhas, sala para Audiência de Custódia, sala de atendimento ao preso, sala multidisciplinar, celas, banheiros, sala de oficiais de justiça, sala de depoimento sem danos, além de salas para Defensoria Pública, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.

O investimento foi de R\$ 5.446,073,053, integralmente custeado com recursos próprios do Fundo de Modernização e Reparcelhamento do Poder Judiciário do Estado do Piauí (Fermojupi). O novo Fórum está localizado à Rua Aldenor Monteiro, Parque Zuriq, e abriga as 1ª, 2ª e 3ª Varas e o Juizado Especial Cível e Criminal, além da Central de Mandados, Distribuição e Diretoria do Fórum.

**FONTE: *Com informações da Assessoria***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Teresina Diário	13.05.19		

13/05/2019 - 17:27 hs

## **CGJ entrega mais três selos de “Vara 100% Digital” e ultrapassa a marca de 11 mil processos digitalizados**

**Com mais três novas unidades, chegam a sete a quantidade de Varas 100% digitais nos processos cíveis. Ainda no mês de maio, mais quatro unidades concluirão esse trabalho**

A Corregedoria Geral da Justiça entregou nesta segunda (13) o Selo “Vara 100% Digital” à 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Nos próximos dias, a CGJ também entregará o certificado para a 2ª Vara Cível da Comarca de Piri-piri e para Vara Única da Comarca de Fronteiras, que também já concluíram a digitalização de seus processos cíveis. Em quatro meses de trabalho já foram digitalizados mais de onze mil processos de primeiro grau.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, destacou o momento simbólico e a celeridade do trabalho da CGJ. “Confesso que venho me surpreendendo com a rapidez e qualidade do processo de digitalização. Ver as prateleiras vazias e os processos nas nuvens é sem dúvida uma grande vitória. Estou muito feliz pelo trabalho da Corregedoria, sobretudo porque esse é um trabalho de todos nós. Caminhamos juntos e juntos trabalhamos por um Judiciário mais resolutivo”, destacou o presidente.

Para o Corregedor Geral da Justiça, o momento é de acelerar ainda mais o passo. “Tenho andado por todas as unidades e sentido que os servidores e Magistrados estão motivados. Isso se reflete totalmente na produtividade do Judiciário, especialmente no que se refere ao processo de digitalização, que é um caminho sem volta e que vai

dar mais modernidade e resolutividade para o nosso Tribunal”, garante o desembargador.

A Juíza da 8ª Vara, Dra Lucicleide Pereira Belo falou da felicidade de ver concretizada a digitalização da sua unidade, ressaltando que, quem vai sentir esse benefício é a população. “Fico muito feliz em ver metas e projetos que visem realmente melhorar a prestação jurisdicional e é esse nosso maior objetivo. A digitalização vai melhorar nosso trabalho e facilitar a vida das pessoas”, disse a magistrada.

Na 8ª Vara, o trabalho do Núcleo Central de Digitalização de Processos e a Distribuição do 1º grau consistiu na migração de 1.589 processos que tramitavam no Sistema de Controle de Processos de Primeiro Grau, Themis Web para o Processo Judicial Eletrônico, Pje. “Já na 2ª Vara Cível da Comarca de Piripiri, o Núcleo Central de Digitalização, através dos CEAS digitalizou 382e na Vara Única da Comarca de Fronteiras o Núcleo Central de Digitalização, também através do CEAS migrou 1.005. Com essas novas três unidades, chegamos a 11.222 processos digitalizados. Esse número superou todas as nossas expectativas em quatro meses de trabalho. Nossa meta agora é que, até o final desse primeiro semestre, cheguemos a 25 mil processos digitalizados”, destacou a secretária da CGJ, Mônica Lopes.

Ainda durante a solenidade de entrega do certificado, o juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Luiz Moura solicitou o apoio do presidente do TJ para apoiar a digitalização dos processos na Comarca de Parnaíba. “Nosso objetivo é fazer isso no mês de julho, dando um grande salto nessa jornada de digitalização dos processos cíveis”, argumentou Dr. Luiz, que recebeu a afirmativa do presidente, desembargador Sebastião Ribeiro Martins.

A virtualização dos processos judiciais é diretriz básica determinada pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução Nº 185/2013, que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais, e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento com base na Lei 11.419/2006, que faculta no seu Art. 18 a sua regulamentação pelos órgãos do Judiciário.

Com essas três novas unidades, chegam a sete a quantidade de Varas 100% digitais nos processos cíveis. Ainda no mês de maio, mais quatro unidades concluirão esse trabalho. As Varas Únicas das Comarcas de Barro Duro e de Elesbão Veloso; a Vara Agrária da Comarca de Bom Jesus e a 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Teresina.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Teresina Diário	16.05.19		

16/05/2019 - 15:57 hs

**Processos de execução penal do TJ-PI são 100% digitais**

**Piauí é o 13º estado a concluir a implantação do Sistema no país**

Sem papel. Esta é a nova realidade das unidades que atuam na área de execução penal no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI). Nesta quinta-feira (16), o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, recebeu comitiva da força-tarefa que atuou na universalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) no estado. O trabalho foi executado, entre os dias 6 e 15 de maio, por equipes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF-CNJ), do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI) e servidores do TJ-PI. A força-tarefa teve como objetivo cadastrar os 20% de processos de execução penal do Piauí que ainda não tramitavam no SEEU, cerca de 1.400 ações.

Integrante da comitiva do DMF-CNJ, o magistrado Consuelo Silveira Neto, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), ressaltou que a implantação do SEEU em todo o Judiciário brasileiro é uma das metas do programa Justiça Presente, desenvolvido pelo CNJ em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de humanizar e garantir maior eficiência ao sistema prisional do País. “Com a implantação do SEEU, é possível aprimorar sobremaneira o acompanhamento desses processos, assegurando uma melhor gestão e maior transparência da execução penal”, afirmou, acrescentando que o Piauí é o 13º estado a concluir a implantação do Sistema.

“Este é momento histórico para o Poder Judiciário do Piauí. É motivo de grande satisfação concluirmos a implantação do SEEU. Abolimos o papel na execução penal no Estado do Piauí. A virtualização já não é mais o futuro, é o presente”, declarou o presidente do TJ-PI, desembargador Sebastião Ribeiro Martins, agradecendo o apoio do CNJ e ressaltando o trabalho desempenhado da equipe de servidores piauienses, comandada pelo magistrado José Vidal de Freitas Filho, juiz titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Teresina e coordenador do GMF-PI.

SEEU

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado é um processo judicial eletrônico que permite o controle informatizado da execução penal e das questões relacionadas ao sistema carcerário brasileiro. No Piauí, estão cadastrados no SEEU cerca de 8.500 processos. Destes, 3.270 são relativos a apenados presos. Os demais, são referentes apenados em regime aberto, livramento condicional ou em cumprimento de penas restritivas de direitos.